



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ISLA MAIARA RIBEIRO OLIVEIRA

OS DESAFIOS DA LESBIANIDADE NO MEIO RURAL

MOSSORÓ

2021

ISLA MAIARA RIBEIRO OLIVEIRA

OS DESAFIOS DA LESBIANIDADE NO MEIO RURAL

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Kyara Maria de Almeida Vieira

MOSSORÓ

2021

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

O48d Oliveira, Isla Maiara Ribeiro.
OS DESAFIOS DA LESBIANIDADE NO MEIO RURAL. / Isla Maiara
Ribeiro Oliveira. - 2021. 48 f. : il.

Orientadora: Kyara Maria de Almeida Vieira.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do
Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2021.

1. Patriarcado. 2. Preconceito. 3. Sexualidade. 4.
Lesbianidade. 5. Campo. I. Vieira, Kyara Maria de
Almeida, orient. II. Título.
2.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a). Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ISLA MAIARA RIBEIRO OLIVEIRA

OS DESAFIOS DA LESBIANIDADE NO MEIO RURAL

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi- Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Defendida em: 22/ 11/ 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Kyara Maria de Almeida Vieira
(UFERSA)
Presidente

Prof^a. Dr^a. Janaiky Pereira de Almeida (UFRN)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Rozeane Porto Diniz (UFRPE)
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe Sandra que é a minha inspiração de vida, pelo seu amor incondicional; ao meu pai e a toda minha família pelo apoio e incentivo nessa jornada.

Dedico à minha companheira Elisete Sena: a luta nos uniu e o amor nos encontrou. Seu companheirismo e seu amor só veio somar cada vez mais à nossa luta, pela vida e pelo amor.

Dedico a todas as mulheres lésbicas: as que não puderam falar, gritar, ser ouvidas; as que foram mortas por nunca negar o amor que gritava mais forte dentro de si.

Dedico a todas as mulheres que expressaram sua história nesse trabalho para que tornasse cada vez mais significativo a luta pela visibilidade das mulheres lésbicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a flor mais linda no meu jardim de amor, minha inspiração de Mulher, minha Mãe Sandra, pelo cuidado desde dentro de seu ventre, mãos que nunca se cansaram de lutar pelos seus filhos/as. Obrigada Mãe, pelo seu carinho, por ser muitas vezes meu relógio biológico, se dirigindo até a porta do meu quarto me acordando para a luta diária, pelo café quente aquecendo a alma, para que eu pudesse manter acesa a chama da Vida.

Agradeço a toda minha família, meu pai, meus irmãos e irmã. Ao meu pai Marlon pelo cuidado de se deslocar de moto toda a noite para ir me buscar, cansado do trabalho, mas aguardava a minha chegada. Minhas tias: Maria Dapaz, Keila, Maria José e Cleoneide pelas palavras que me fortaleceram nessa caminhada. Agradeço as minhas avós Dona Benta e Dona Lurdinha pelo cuidado e dedicação, por estar comigo sempre que eu precisava. Agradeço ao meu Padrinho Manoel Pereira, professor aposentado de Matemática, que sempre esteve presente na minha vida escolar, como professor, sabia da importância de se investir na educação.

Agradeço a minha linda e maravilhosa primeira orientadora Janaiky Pereira de Almeida por ter me recebido com muito carinho, desde o primeiro esboço da pesquisa, pela paciência, pela dedicação, pelo cuidado ao falar quando algo tivesse incorreto, cada orientação era uma terapia. Obrigada pelas referências que embasaram a pesquisa. Eternamente grata por todo o apoio.

Agradeço a minha segunda orientadora Kyara Maria de Almeida Vieira, pelo carinho, pela disponibilidade, dedicação e incentivo que foram fundamentais para realizar e prosseguir este estudo.

Agradeço a Banca Examinadora, as Professoras Janaiky Almeida e Rozeane Diniz, por aceitarem participar desse momento e darem suas contribuições fundamentais para o trabalho.

Agradeço a minha amiga Antônia Farias por ter me apresentado a proposta do Curso e pelos incentivos a cursar o ensino superior. Agradeço as minhas amigas de caminhada universitária: Talita, Eriane, Paula pelo carinho, pelos momentos compartilhados, seja na alegria ou na tristeza permanecíamos na luta sempre. Agradeço também a minha amiga Kaline por ter disponibilizado seu notebook para facilitar minhas atividades acadêmicas e Katarina por muitas vezes eu chegar cansada, sem ânimo, e ela vir sempre me buscar para jogar futsal e dar boas risadas, fazendo minha noite mais fe

RESUMO

Este trabalho monográfico buscou analisar como vivem as mulheres lésbicas do campo, como são vistas, e que espaços ocupam nas comunidades rurais, com os seguintes objetivos específicos: 1) analisar o processo de aceitação e/ou negação da vivência da sexualidade das mulheres lésbicas por parte dos familiares; 2) conhecer os espaços que elas frequentam na comunidade; 3) identificar que tipos de preconceitos elas sofrem. Para enriquecer este trabalho, contamos com a contribuição de alguns teóricos que nos permitiram compreender os conceitos-chave para fazer este trabalho, como: Falquet (1970) discorre sobre a diversidade sexual, Foucault (1984) e Heilborn (1999) que discutem sobre a história da sexualidade; Heller (2011) que discute sobre os preconceitos; Rich (2010) discute sobre a heterossexualidade compulsória e existência lésbica; Swain (2004) que discute sobre mulheres que amam e desejam mulheres; Camurça e Silva (2013), discute sobre a importância dos movimentos sociais; Almeida (2010), Delphy (2015), Nascimento (2017) que tratam em seus estudos sobre os modelos de família patriarcal; Medeiros (2017) que discute sobre ruralidades e seus novos significados. Quanto a metodologia, a pesquisa seguiu primeiro com a pesquisa de campo, de natureza qualitativa, nos baseando nas contribuições de Minayo (2001) e de Martins (2004) que discutem sobre a metodologia qualitativa e pesquisa social. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 5 (cinco) mulheres de comunidades rurais distintas. A partir desse estudo é possível afirmar que a vivência da lesbianidade no meio rural não tem o nível de preconceito maior ou menor do que no urbano, mas, em cada caso há desafios para romper com a heteronormatividade enquanto modelo de vivenciar as identidades de gênero e a sexualidade.

Palavras-chave: Patriarcado, Preconceito, Sexualidade, Lesbianidade, Campo.

ABSTRACT

This monographic work sought to analyze how lesbian rural women live, how they are seen, and what spaces they occupy in rural communities, with the following specific objectives: 1) to analyze the process of acceptance and/or denial of the experience of lesbian women's sexuality by part of the family members; 2) know the spaces they frequent in the community; 3) identify what types of prejudice they suffer. To enrich this work, we count on the contribution of some theorists that allowed us to understand the key concepts for this work, such as: Falquet (1970) discusses sexual diversity, Foucault (1984) and Heilborn (1999) who discuss sexual diversity. history of sexuality; Heller (2011) who discusses prejudices; Rich (2010) discusses compulsory heterosexuality and lesbian existence; Swain (2004) who discusses women who love and desire women; Camurça and Silva (2013), discusses the importance of social movements; Almeida (2010), Delphy (2015), Nascimento (2017), who deal in their studies on patriarchal family models; Medeiros (2017) who discusses ruralities and their new meanings. As for methodology, the research followed first with field research, of a qualitative nature, based on the contributions of Minayo (2001) and Martins (2004) who discuss qualitative methodology and social research. Data collection was carried out through semi-structured interviews with 5 (five) women from different rural communities. Based on this study, it is possible to affirm that the experience of lesbianism in rural areas does not have a higher or lower level of prejudice than in urban areas, but in each case there are challenges to break with heteronormativity as a model for experiencing gender identities and sexuality.

Keywords: Patriarchy, Prejudice, Sexuality, Lesbianity, Field.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1- Imagem de mulher contra o patriarcado.

Imagem 2- Imagem da vulva.

Imagem 3- Imagem do símbolo lésbico.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	PATRIARCADO E SUAS RELAÇÕES DE PODER: UMA TRAJETÓRIA DE REPRESSÃO E DESIGUALDADES.....	14
2.1	Família Nuclear.....	19
2.2	O movimento de Mulheres contra o modelo patriarcal: por uma sociedade de equidade entre homens e mulheres e de respeito à diversidade humana.....	22
3.	“SE VOCÊ QUER VIVER ASSIM EU NÃO TENHO PROBLEMA. AGORA VÁ VIVER EM OUTRO CANTO, AQUI EU NÃO QUERO”: OS DESAFIOS DE VIVER E AMAR OUTRA MULHER.....	25
3.1	Sexualidade e Discriminação	28
3.2	Preconceito e suas formas de enfrentamentos.....	29
4.	LESBIANIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL COMO EXPRESSÕES DA DIVERSIDADE HUMANA.....	34
4.1	Os desafios para a vivência da lesbianidade no meio rural.....	36
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
	APÊNDICE (A)	46
	APÊNDICE (B)	47

INTRODUÇÃO

Historicamente o movimento feminista tem defendido a liberdade das mulheres para vivenciarem livremente sua sexualidade. Tais lutas têm possibilitado o fortalecimento das mulheres na afirmação de seus direitos, dentre eles os direitos sexuais e reprodutivos que envolvem a defesa da liberdade de orientação afetivo-sexual. As lutas empreendidas pelas mulheres também possibilitaram e geraram um processo de consciência sobre a condição do ser mulher na sociedade, em suas particularidades e diversidades, como também a produção de pesquisas sobre suas experiências, incluindo as práticas da sexualidade.

Porém, mesmo com o desenvolvimento dessas pesquisas isso não acontece de forma recorrente nas universidades. Muitos cursos ainda têm tabu em discutir o tema da sexualidade ou consideram como um tema irrelevante. Também ainda se coloca a discussão desses temas apenas para sujeitos diretamente envolvidos com a temática em suas vivências, como se falar sobre machismo, misoginia, patriarcado, sexualidades dissidentes da heterossexualidade fosse possível apenas para mulheres e pessoas Transexuais, Travestis, Intersexo, Lésbicas, Gay, Bissexuais etc. Todavia, são temas que podem ser estudados a despeito das identidades de gênero e preferências sexuais.

A inquietação em estudar sobre o tema surgiu a partir de experiências vividas em ações que participei em movimentos feministas e grupos de mulheres, lutas essas das mulheres em busca de igualdade de direitos na sociedade. Essa pesquisa será fundamental para âmbito pessoal, social e acadêmico possibilitando a visibilidade das mulheres lésbicas do campo.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como vivem as mulheres lésbicas do campo, e como objetivos específicos: 1) analisar o processo de aceitação e/ou negação da vivência da sexualidade das mulheres lésbicas, por parte dos familiares; 2) conhecer os espaços que elas frequentam na comunidade; 3) identificar que tipos de preconceitos elas sofrem.

A princípio iríamos entrevistar cinco (5) mulheres de comunidades distintas do município de Upanema/RN. De acordo com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a qualquer momento elas poderiam desistir da participação, mesmo depois de iniciada a pesquisa. Aconteceu que só uma (1) das cinco (5) mulheres se dispôs a fazer parte da entrevista. Por isso o recorte da pesquisa precisou ser alterado de “Os principais desafios para vivência da lesbianidade no meio rural de Upanema/RN”, para “Os principais desafios para a vivência da lesbianidade no meio rural”.

O rural tem sido ressignificado e a ruralidade ganha novos sentidos, passando a ser percebido como um espaço em transformação no processo dinâmico, social, político e histórico. É um lugar de subjetividades e de interpretações ligadas à sua realidade, novas expressões, novas concepções que internalizam e externalizam essas ações. Com isso:

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas (MEDEIROS, 2017, p.182).

Como orientador de delimitação metodológica optamos pela modalidade de pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Para a pesquisa ser realizada adotou-se o método qualitativo, método que permite a maior compreensão e aproximação da realidade de cada entrevistado/a; para a coleta de dados foi elaborado e aplicado um roteiro de entrevista semiestrutura de 21 perguntas (Apêndice A). Conforme Martins (2004, p.292), “ Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita”.

A pesquisa de campo foi realizada com cinco (5) mulheres, que foram entrevistadas em suas residências e nos espaços universitários onde essas mulheres passavam a maioria do seu tempo. As mulheres que foram entrevistadas são universitárias, agricultora, açougueira, que vivem e já viveram em comunidades rurais.

Para garantia do sigilo e da dimensão ética da pesquisa utilizaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo1), documento esse que autoriza o uso de gravações na entrevista e permite o uso das falas das colaboradoras nesse presente

trabalho, mas também lhes assegura o direito de desistir da entrevista, parar de falar ou anunciar algum trecho de sua fala que não queira que conste no trabalho, a qualquer tempo, sem nenhum ônus para as mesmas.

É importante destacar que iremos citar suas falas tal qual como foram ditas durante a entrevista. No momento das transcrições das falas optamos por usar pseudônimos para preservar a identidade dessas mulheres. Usamos nomes de deusas gregas que são mulheres belas, sábias e poderosas para nomeá-las.

Afrodite, deusa da beleza, será o pseudônimo da nossa colaboradora que tem 22 anos, é estudante, está cursando o ensino superior, se considera lésbica e atualmente vive uma união estável, residindo com sua companheira; Ártemis, deusa da caça, será referente a colaboradora que tem 24 anos, é agricultora, concluiu o ensino médio, se considera lésbica e vive uma união estável, residindo com a companheira e o filho dela; Atena, deusa da sabedoria e da guerra, será o pseudônimo de nossa entrevistada que tem 29 anos, é estagiária, está cursando o ensino superior, se considera lésbica, é divorciada, e no momento vive sozinha. Hera, deusa das deusas, será nossa entrevistada que tem 29 anos, é balconista de açougue, está cursando o ensino superior, se considera lésbica, é solteira, mora com sua tia e primo; Deméter, deusa da fertilidade, é como chamaremos nossa colaboradora que tem 25 anos, cursa o ensino superior, no momento ainda tem dúvida da sua sexualidade, é solteira, no período de ensino presencial, morava na vila acadêmica, mas reside com seus pais.

O presente trabalho está organizado em capítulos. No primeiro capítulo, a Introdução, discutimos toda a trajetória de produção deste trabalho. No segundo capítulo, exploramos as formas do patriarcado e suas relações de poder hierárquico e suas implicações na vivência da lesbianidade no meio rural. No terceiro, capítulo trazemos um breve histórico da sexualidade, como ela é moldada por alguns aparelhos ideológicos da sociedade (Igreja, Estado, Escola), especialmente como a educação feminina é limitada pela manipulação dos corpos. No quarto capítulo, analisamos as narrativas das nossas colaboradoras, seus desafios para a vivência da lesbianidade, relacionando à historicidade de mulheres que se relacionam com outras mulheres em diferentes épocas e lugares.

2. PATRIARCADO E SUAS RELAÇÕES DE PODER: UMA TRAJETÓRIA DE REPRESSÃO E DESIGUALDADES

O patriarcado e suas relações de poder,
Reprime, molda toda forma de viver,
Mas não me deixei vencer,
A luta me fez reerguer,
Não me deixei silenciar,
Levantei o meu grito e fiz soar.
(Isla Maiara, 2019)



Imagem 1. Fonte: Google imagens, 2019.

Historicamente o patriarcado surgiu como um sistema hierárquico de dominação dos homens sobre a mulheres, invisibilizando e neutralizando o papel da mulher no âmbito familiar e na sociedade. A dominação e exploração visível nesse sistema é uma trajetória de repressão e desigualdades, porque tal exploração deixa os indivíduos submissos nessa relação de poder na sociedade.

O patriarcado na atualidade ainda tem traços visíveis no meio rural, assim como nas outras instâncias da sociedade e se expressa de várias formas: o poder centrado no homem, o chefe de todas as decisões da família, a mulher como um ser inferior, silenciada, violentada na sua decisão de escolha, sem credibilidade no que pensa e no que diz, tendo a ordem masculina como autoridade absoluta; uma forma padrão de ser família pai, mãe e filhos, modelo padrão de ser família dita pela sociedade capitalista burguesa. Uma situação que causa desconforto no homem é quando tais papéis são questionados. Quando a mulher conquista e tem autonomia de ocupar espaços que se diziam para homens, se torna uma ofensa para a figura masculina.

Desde do período colonial a família patriarcal já designava sua função na sociedade quanto sua organização social e sua dominação, a figura masculina desempenhou o papel de manter o poder de decisões. Esse modelo patriarcal, como o próprio nome indica, caracteriza-se por ter como figura central o patriarca, ou seja, o

“pai”, que é o chefe, é ele o administrador de toda a extensão econômica e de toda influência social que a família exerce.

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos obrigados sobre o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político (TERUYA, 2016, p.3).

A família patriarcal em sua caracterização se dá pela dominação do pai sobre seus demais membros, esposa e filhos, parentes, afilhados/as, escravos etc. Historicamente esse modelo de família que foi tida como exemplo a ser seguido na sociedade brasileira. Segundo Alves (2009, p.5): “Percebe-se, então, que a família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração eram as boas graças do patriarca”.

Toda essa simbologia é reforçada por algumas lideranças religiosas quando defendem que a mulher deve obediência ao seu marido, fazendo com que todo esse mecanismo seja concretizado e assegurado, dificultando cada vez mais a desconstrução da base material do patriarcado:

Na família patriarcal, [...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com estrutura de classes sociais, a casa é baseada na hierarquia, com escalonamento de pessoas conforme ordem de importância social, cujo sexo e idade são critérios de classificação (SAFFIOTI, 1992 apud NASCIMENTO, 2017, p. 11).

Nas classes abastadas, durante regime familista e patriarcal (período colonial até fins do século XIX), a escolha dos cônjuges tanto para as filhas como para os filhos, era um privilégio quase exclusivo do *pater familias*, já que “o casamento interessava à solidariedade e à integridade dos grandes grupos de parentesco nos quais se apoiavam a ordem social, a economia, a política, e a própria realização pessoal dos indivíduos” (AZEVEDO, 1986, p. 7 apud LEVI, 2009, p. 118). A autoridade masculina orientava que seus filhos/as e sua esposa lhe deviam obediência, e, mais especificamente as filhas, eram resguardadas e preparadas para o casamento.¹

Todo esse poder do homem em sua natureza livre, incorporada na hierarquia determina o papel fundamental do patriarcado, a dominação. Nessa concepção às esposas

¹ Mesmo com todas as modificações e novas configurações acerca do casamento e da família, ainda existe sociedades em que as mulheres não escolhem seus esposos, a exemplo da Índia e China.

e aos filhos/as cabia o silêncio e a obediência ao seu senhor, porque a responsabilidade destinada para as mulheres era o trabalho doméstico e cuidado para com seus filhos/as, não tinha direito de opinar.

O efeito do patriarcado na vida das mulheres é marcado pela repressão e desigualdades, oprimem à vida dessas mulheres, de sentir prazer e de ser elas as donas dos seus próprios corpos e desejos. Romper com toda essa base material do patriarcado é um desafio que não cessa, pois ela é estruturada em diferentes formas na sociedade e nos deparamos cotidianamente com os resquícios dessa dominação. Por isso é tão importante o engajamento dessas mulheres no movimento feminista, já que o movimento pode possibilitar um despertar para a realidade, a tomada de consciência de cada uma delas e a autorreflexão; fazer com que elas lutem contra todo tipo de opressão, e que são elas, por elas e por todas que a luta deve existir.

O patriarcado é um sistema de dominação que vem se caracterizando de maneiras distintas ao longo do desenvolvimento das relações sociais na sociedade. No interior das elaborações teóricas feministas, tal conceito, surge para denominar as relações desiguais de dominação dos homens sobre as mulheres (ALMEIDA, 2017, p.1).

O patriarcado e suas formas de dominação têm como base a exploração, opressão em diferentes relações sociais. A partir dos estudos feministas se identifica que esse sistema de dominação é excludente, desigual, hierárquico, dos homens sobre as mulheres. O movimento feminista surge como um conhecimento de luta e de desconstrução desse sistema; ser feminista é se ressignificar, se reeducar, é pensar no mundo com direitos e deveres iguais respeitando a diversidade humana. Diante disso, a luta deve ser constante, não podemos parar, não podemos nos calar, devemos continuar até que todas sejam livres para viver de forma como deseja, é resistir e persistir, enquanto reivindicamos a vida nos manteremos vivas, é nessa coletividade do bem comum que o movimento ganha força.

Nesta proposta a reflexão coletiva, o processo de mobilização e tomada de consciência da própria opressão, realiza-se no encontro de dois vetores principais, ainda que não sejam os únicos. O esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação (CAMURÇA, 2007, p.2).

Nesse sentido, é visível o poder do pai, predominante em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Na organização familiar o domínio do pai (a figura paterna) está relacionado ao sustento econômico, da disciplina e autoridade, e à mulher o papel de educar os/as filhos/as e as tarefas

domésticas. Então, se algum filho/a desobedecesse às regras que eram impostas a culpa era diretamente ligada à mulher.

A ordem patriarcal que se afirmou no advento da acumulação da riqueza e da propriedade privada, inverteu de supremacia e estabeleceu o poder centrado na autoridade masculina e sobre seu domínio estavam os familiares, sua esposa, escravos e subordinados, estendendo o seu poder além do âmbito familiar estando intrínseco aos aspectos políticos e econômicos de uma organização social (NASCIMENTO, 2017, p.2).

Na ordem patriarcal a própria família está envolvida com a propriedade privada e comercial, seus membros eram submetidos a força de trabalho sem remuneração, considerados como “ajudantes” na produção; as várias horas ilimitadas na jornada de trabalho doméstico é característica do capitalismo, a busca desenfreada pelo lucro e não pelo bem-estar de todos/as, e esse lucro era administrado e favorecido pelo poder masculino. Os comportamentos relacionados com a noção de poder e hierarquias estão atrelados ao patriarcado, e aos direitos específicos para homens, brancos, cristãos e heterossexuais.

Em suma, a exploração patriarcal constitui a opressão comum, específica e principal das mulheres: *comum* porque atinge todas as mulheres casadas (80% em qualquer momento); *específica* porque a obrigação de fornecer serviços domésticos gratuitos é só das mulheres; *principal* porque, mesmo quando elas trabalham “fora”, o pertencimento de classe derivado é condicionado por sua exploração enquanto mulheres (DEPHY, 2015, p.116).

A exploração do patriarcado atinge principalmente as mulheres, sejam elas casadas ou não, em qualquer tempo ou lugar, porque são elas que estão na base do trabalho doméstico, fora e ou dentro de casa, essas mulheres são condicionadas a prestar os seus serviços domésticos, é um trabalho associado como sendo ‘naturalmente’ da mulher.

A desvalorização do trabalho doméstico reflete em diversas formas de precarização desse trabalho, tais como, falta de reconhecimento como um trabalho profissional, trabalho não remunerado, ou mal pago pelo mercado, reforçando cada vez mais a divisão sexual do trabalho. A desconstrução dessa naturalização é uma das pautas de luta contra esse processo que naturaliza que nascer mulher já leva a um caminho destinado e programado.

Entre os caminhos naturalizados está a experiência da violência, esta que é um instrumento de dominação nos vários sistemas de organização social, e são elas, as

mulheres, as principais vítimas dessa violência em diferentes espaços, seja no âmbito familiar, espaços públicos até mesmo nas relações íntimas. As que conseguem romper com a ordem imposta pela sociedade de como deve ser comportamento do ser mulher são perseguidas e excluídas do âmbito social.

A prática da violência é um dos mais antigos e usuais instrumentos da dominação patriarcal sobre as mulheres. A violência é uma ameaça presente no cotidiano de milhares de mulheres que ousam desertar do padrão de comportamento feminino delas esperado. Por isto, é uma prática recorrente e continuada, tanto nos espaços da intimidade, violência doméstica e sexual, como nos espaços públicos (CAMURÇA, 2010, p. 6).

Quando falamos em violência contra mulher, pensamos apenas em agressões físicas. No entanto, esse tipo de violência não se resume apenas em lesão corporal. A prática da violência contra mulher é um dos instrumentos de dominação mais antigos do patriarcado, marcado no cotidiano da vida dessas mulheres em diferentes lugares, seja nos espaços públicos ou privados, violência psicológica, sexual, patrimonial, moral, política e social.

As consequências desses tipos de violências são terríveis para as vítimas, podendo chegar até a morte, ou seja, ao feminicídio, este que é uma violência gravíssima que atinge a vida das mulheres que são assassinadas por serem mulheres. É nessa luta pela vida que foram criadas leis para proteger/ defender as mulheres dessa violência, como exemplo a Lei Maria da Penha² (Lei 11.340, de 7 de Agosto de 2006), passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A palavra feminicídio ganhou destaque no Brasil a partir de 2015, quando foi aprovada a Lei Federal 13.104/15, popularmente conhecida como a Lei do Feminicídio³. Isso porque ela criminaliza o feminicídio, que é o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher. O Brasil é considerado o quinto país do mundo com maior número de feminicídios. Agora, durante a pandemia em decorrência do isolamento social, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

² Lei Maria da Penha, LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 diz no Art. 7º: São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, como: I - a violência física, II - a violência psicológica III - a violência sexual, IV - a violência patrimonial, V - a violência moral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

³ Lei Federal 13.104/15, popularmente conhecida como a Lei do Feminicídio, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando envolve o crime: I- violência doméstica e familiar, II- menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>

mostrou que os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril do ano de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁴, a alta dos crimes foi registrada em 12 Estados brasileiros.

Mais especificamente sobre a população LGBTQI+, dados⁵apontam que o desemprego e a violência doméstica foram agravados durante a pandemia. Os 3 principais impactos que atingiram a comunidade LGBTQI+ durante os primeiros meses de pandemia são: a piora da saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda (vulnerabilidade financeira)⁶. Considerando que o isolamento social é uma das principais medidas de proteção contra o novo Corona vírus, para as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, e toda comunidade LGBTQI+ estar em casa é sofrer violências causadas pela intolerância da própria família.

Esses dados apontam que ainda prevalece a cultura da violência, e um dos espaços privilegiados em que isso acontece é no espaço familiar, este que será tema do próximo sub tópico.

2.1 Família Nuclear

A família nuclear é composta por pai, mãe e filhos, no qual o homem é o provedor financeiro, o que trabalha fora de casa e ganha seu salário remunerado e a mulher fica responsável pelos cuidados domésticos e pela educação dos filhos, trabalho esse sem remuneração. Apesar das novas configurações, novos arranjos de família, a família nuclear é muito parecida com a família patriarcal, aparentemente se modernizou, mas, seus traços de dominação e organização se aproximam da família patriarcal. Portanto, é preciso considerar que

(...) a família nuclear também teve grande importância no processo de formação da sociedade brasileira. Este tipo de estrutura familiar diferente da tradicional família patriarcal, pois é composta apenas pelo núcleo principal representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos (ALVES, 2009, p.7).

⁴ Segundo a Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>

⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-05/desemprego-e-violencia-domestica-agravam-situacao-de-lgbti-na-pandemia>

⁶ O #VOTELGBT fez uma pesquisa “Diagnóstico LGBT+ na Pandemia 2021” para verificar os “Desafios da comunidade LGBT+ no 2021 contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus”. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada entre 28 de abril e 24 de maio de 2021 e contou com 7.709 observações nas 5 regiões brasileiras. Foram utilizadas para a produção do relatório 7.292 respostas. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>

Seja patriarcal ou nuclear, muitos modelos de família ainda reprimem dificultam a vivência da lesbianidade em variados espaços, modelo esse que violenta principalmente mulheres, e mais ainda mulheres lésbicas, negras que residem no campo e na cidade. Este sistema de repressão de gêneros tem como o centro do poder o homem e suas relações de poder.

É predominante ainda em algumas comunidades rurais, a exemplo das comunidades de nossas entrevistadas, a presença de traços da família patriarcal onde a mulher é aquela reservada, recolhida dos seus desejos eróticos.

Historicamente, a relação entre família e patriarcado pode ser buscada na Roma antiga. A família romana antiga era centrada no homem. O patriarca tinha poder sobre os escravos, vassalos, filhos e claro, sobre a mulher. Desta maneira, é importante notar que o patriarcado não se restringe ao poder do pai, mas ao masculino, enquanto categoria social (NASCIMENTO, 2017, p.10).

No modelo de família patriarcal sua organização era fechada entre si, tendo como centro o poder masculino, sendo o homem quem determina as escolhas e os futuros/as dos/as filhos/as. Os novos arranjos de família fizeram com que se repensasse o conceito e a própria intuição de família na atualidade, que passou e passa por várias transformações sociais, considerando que existem famílias para além de laços biológicos.

Historicamente a unidade familiar é composta pelo pai, mãe e filhos, no âmbito familiar a função de cada membro da família é determinada pela autoridade masculina, pelo homem. É na unidade familiar que são estabelecidos princípios e regras que são ensinadas pelos aparelhos ideológicos da sociedade, mostrando um único modelo de ser família, modelo esse que não respondeu e nem responde a outras configurações de ser família na atualidade. Nesse contexto, se torna desafiador falar de famílias homoafetivas numa sociedade com traços patriarcais que discrimina e exclui outras formas de ser. Essas pessoas que não seguem esse padrão são condenadas e perseguidas pela sociedade para mudar seus comportamentos.

Na família nuclear, sustentada pelo modelo de família patriarcal, predomina o individualismo e a exclusão das novas configurações de família existentes na sociedade, toda essa organização social é responsável para o desenvolvimento do indivíduo, que ao longo da sua trajetória foi desafiado a repensar o contexto dessas novas configurações de se constituir família. Devido a família patriarcal ser um modelo para a sociedade, a família

se torna um espaço contraditório e de ressignificação, que em diferentes contextos vai se modificando em um determinado tempo e lugar.

Nesse sentido, o modelo de organização familiar patriarcal passou a servir de modelo para toda a sociedade, impondo parâmetros comportamentais dos membros pertencentes a esta organização. Com as modificações no processo de produção e o fim da escravidão, a rigidez deste modelo foi sendo alterado paulatinamente e a família foi ganhando novas configurações passando a se nuclearizar com o número menor de membros (ALMEIDA, 2010, p.7).

A unidade familiar é responsável por toda produção que dela provém e é baseada na exploração de seus membros, e a mulher no seu trabalho doméstico sustenta toda essa produção. Percebe-se até hoje na zona rural, além do trabalho doméstico fundamental e importante que sustenta toda esfera social, as mulheres ocupam espaço no trabalho agrícola, desde as guardiãs de sementes, até os cuidados com os animais de pequeno porte, mas que toda essa produção é regida por um chefe, o que dá as ordens, o homem.

Quando falamos em família o que vem logo a mente é de um espaço onde nos acolhe, nos abriga, que dá o equilíbrio para membros que estão incluídos nesse âmbito familiar. Não à toa, quando um desconhecido chega em nossa casa perguntamos logo de que família pertence, a família é a base de um indivíduo. Nesse sentido a família é literalmente a primeira organização na sociedade, organização essa que se ressignificou ao longo tempo. A partir do momento que se constitui novas configurações de família é preciso repensar seus conceitos e suas representatividades.

Histórica e etimologicamente, a família é uma unidade de produção. Em latim família designa o conjunto das terras, escravos, mulheres e crianças submetidas ao poder (então sinônimos de propriedade) do chefe de família. Nessa unidade, o pai é o dominante, pois o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence; em outras palavras, a família é o conjunto dos indivíduos que devem seu trabalho a um “chefe” (DELPHY, 2015, p.104).

A família é idealizada como uma unidade de produção, instituída para mão de obra, quanto mais herdeiros, mais trabalhadores tinha para servir na produção. Segundo Nascimento (2017, p.4) a família simboliza o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e possibilidades para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, por isso possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano. Sua estrutura é afetada pelo contexto social em que se insere dentro do processo de constante transformação política, econômica e social.

2.2 O movimento de mulheres contra o modelo patriarcal: por uma sociedade de equidade entre homens e mulheres e de respeito a diversidade humana

O movimento de mulheres luta por uma sociedade com igualdade de gênero. Luta essa por autonomia e reconhecimento do seu papel como mulher, para isso se organizam e vão em busca de uma nova construção de vida sem opressão, sem violência. Muitas delas se aproximam das lutas feministas por sofrerem violência física e psicológica, por isso a busca por independência financeira é muito importante, para não depender dos seus parceiros.

O patriarcado é um sistema econômico dominante que desmerece e invisibiliza o trabalho exercido pelas mulheres; não considera a mulher nem como uma trabalhadora e sim como ajudante familiar sem nenhum direito e reconhecimento. Por isso o feminismo é uma ferramenta emancipatória na luta das mulheres, porque permite estudar como vivem, que lugar ocupam na sociedade, mostrando que o movimento é a soma de diversas realidades, mas que a liberdade é uma luta comum à todas.

Os movimentos sociais não surgem por acaso, eles nascem das lutas sociais. As lutas sociais acontecem quando grupos de pessoas que enfrentam situações de injustiças, dominação ou exploração atuam coletivamente com o propósito de mudar esta situação num determinado contexto (CAMURÇA e SILVA, 2013, p.8).

O movimento é um dispositivo importante para a mudança da realidade para as mulheres, que possibilita a tentativa de construir autonomia de suas próprias vidas. Muitas vezes essas mulheres que sofrem violência doméstica, a busca pela independência financeira é um dos motivos de aproximação nesse movimento, a liberdade, que é bastante significativa para se tornarem donas de suas próprias decisões.

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público, portanto, dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação (PINTO, 2003, p.8).

O feminismo e suas manifestações enfrentou e enfrenta desafios por ir contra a ordem conservadora da sociedade. A luta das mulheres é um ato revolucionário que mexe com a estrutura dominante, estrutura essa que exclui as mulheres de participar de vários espaços sociais. Nesse enfrentamento as mulheres tomam consciência das desigualdades

que as atinge, daí surge as reivindicações na luta por direitos na sociedade, enquanto cidadãs que lutam pela liberdade e equidade.

Com a luta feminista percebe-se que teve avanços quanto aos direitos e a liberdade das mulheres. Mas, percebe-se que a base que sustenta o patriarcado ainda não foi eliminada, é uma tarefa de muita resistência e mobilização; que é preciso uma reeducação do papel das mulheres e dos homens na sociedade, de abranger esse conhecimento de toda dominação e exploração sobre a mulher, de não tratar como natural o que é social e institucional. Assim,

O feminismo é um movimento que tem por prioridade a auto-organização das mulheres para lutar contra sua própria opressão em nome próprio e sob sua própria direção, ou seja, como movimento autônomo (CAMURÇA e SILVA, 2013, p. 24).

No campo de um diálogo mais geral sobre o papel de homens e mulheres na sociedade, as feministas por reivindicarem essas relações de igualdade entre os gêneros em todas as dimensões da vida, inclusive da sexualidade, são taxadas de lésbicas, mal-amadas, rejeitadas por homens; como se a reivindicação por igualdade de direitos com os homens significasse negar as várias identidades de mulher ou um ódio aos homens. Há discursos pejorativos que desqualificam a mulher por lutar contra a violência, por igualdade de gênero, pelo enfrentamento a todo tipo de opressão que a mulher sofre. Para a sociedade as mulheres devem ter seus ideais de vida limitados à reprodução, à maternidade.

É comum que a feminista seja representada no senso comum como uma mulher mal-amada, feia, que se comporta como homem e não gosta de homem, lésbica e sapatão (SWAIN, 2004). A conotação pejorativa e a associação a lesbianidade têm sido feitas como forma de desqualificação das proposições libertárias do feminismo para as mulheres. O fato de que o feminismo tenha provocado rupturas nas imposições sociais que fixaram as mulheres no lugar de submissão nas relações de gênero, que definiram a reprodução e a maternidade como à única possibilidade de realização, que negaram o prazer sexual para as mulheres e que fixaram modelos de feminilidade é arrebatador de reações contrárias próprias a uma cultura sexista. Apela-se à ideia de que a desconstrução da subalternidade das mulheres só se explicaria mediante a ausência do desejo das mulheres por homens, sendo esta premissa resultante da combinação entre o sexismo e a heterossexualidade obrigatória (FALQUET, 2006, p.1).

A representatividade da mulher feminista nessa sociedade é designada por termos negativos, violentos e que agride a imagem da mulher e sua liberdade na sociedade. Porque o reconhecimento de si, de ser mulher nessa sociedade, mexe com muitas esferas

sociais, inclusive do papel que elas exerceram por muito tempo de submissão. Se elas reivindicam é porque existe conhecimento, se tem conhecimento tem a luta pela liberdade. A luta do feminismo é uma luta por igualdade, é um movimento social e político em que as mulheres são protagonistas das suas próprias e ações, a luta é pela igualdade da diversidade humana, e que mostra que não somos objetos só para reprodução, mas também para realizações enquanto mulher.

3. “SE VOCÊ QUER VIVER ASSIM EU NÃO TENHO PROBLEMA. AGORA VÁ VIVER EM OUTRO CANTO, AQUI EU NÃO QUERO”: OS DESAFIOS DE VIVER E AMAR OUTRA MULHER

Que minha sexualidade não defina,
Sou muito mais que imagina, sou revolução a cada dia,
A luta me fez ver, que amar não é limita-se, é liberta-se,
Sou mulher, negra, lésbica, Dandara sou voz que não se cala.
(Isla Maiara, 2019)



Imagem 2. Fonte: Google imagens, 2019.

O título desse capítulo refere-se a um trecho da fala de uma colaboradora sobre o momento em que sua mãe e seu pai são informados sobre sua lesbianidade. Vivenciar a expulsão de casa não é algo raro para as pessoas LGBTQI+ (Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, e demais); declarar a orientação sexual ainda é um constrangimento, que, muitas vezes, vem acompanhado de violências simbólicas e físicas, o que nos permite afirmar que mesmo estando no século XXI, a sexualidade se mantém cercada por muita vigilância.

Segundo Foucault (1984, p.9):

O próprio termo "sexualidade" surgiu tardiamente, no início do Século XIX. É um fato que não deve ser subestimado nem super interpretado. Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere.

A sexualidade é imbricada na trajetória da vida humana; o desejo pensado na ação do outro e não de si mesmo; o gênero é sempre atribuído ao sexo biológico, sabendo-se que o sexo não diz muito da representação da identidade do sujeito. A heteronormatividade impõe e naturaliza uma única forma de viver, não respeitando o

indivíduo com liberdade de expressão, e a diversidade das pessoas nas suas realizações e desejos. Segundo Colling e Nogueira (2015, p. 178),

A heteronormatividade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade *versus* homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória.

Como uma das evidências da heterossexualidade compulsória, desde a infância a sexualidade feminina é tida como vergonha; a menina não pode despir seu corpo; os meninos têm mais liberdade para com o seu corpo, porque na nossa cultura se reforça e valoriza o falo, o masculino como a honra da família. A reprodução é considerada determinante para a realização da felicidade feminina e as práticas de cuidar são colocadas como virtude natural do feminino: o ser mãe é instruído desde cedo, o cuidado com os filhos, com a casa e com o esposo são atrelados às responsabilidades exclusivas das mulheres.

São muitas evidências sobre isso, mas, citamos apenas mais outro exemplo: os próprios brinquedos dados às meninas (bonecas, objetos de cozinha, instrumentos para cuidar da casa e de crianças etc) estão imbricados nessa concepção do feminino que tem como função social primordial o gestar e o cuidar. Segundo Dephy (2015, p. 116): “O controle da reprodução, que é ao mesmo tempo causa e meio da outra grande exploração material das mulheres, a exploração sexual, constitui o segundo aspecto da opressão das mulheres”. Em decorrência dessa concepção, observamos o controle que se tem sobre os corpos e desejos femininos.

Considerando que a gestação, e, portanto, a reprodução, é exclusividade das mulheres ligadas a maternidade, estas são designadas a exercer o papel social ser mãe e/ou procriar. As mulheres que se recusam a seguir esse papel enfrentam preconceitos, violências, marginalização, criminalização, opressão. No caso mais específico das mulheres lésbicas, várias configurações de suas relações são significadas em detrimento da correspondência ou não aos códigos binários que definem as identidades de gênero e das sexualidades.

A relação afetivo-sexual entre mulheres, documentada, existe desde a Antiguidade. Mas, a palavra “Lesbianismo” data de 1870 (LARDINOIS, 1995, p. 27).

Pouco (re)conhecida e pouco falada ao longo da história ocidental, essas mulheres foram nomeadas de diversas formas: safistas, sáficas, lésbicas, lesbianas⁷, fricatrix e tríbades⁸.

Em torno dessas relações, é possível identificar vários estereótipos: “O que mulheres lésbicas fazem não é sexo”, que pauta o prazer feminino na presença do falo masculino; “Lésbicas são masculinizadas”, que aponta para uma rigidez binária dos papéis sociais de homem e mulher construídos social e historicamente, e rigidez dos padrões de sexo/gênero/desejo; “Na relação lésbica há uma que é ‘ativa’ e outra que é ‘passiva’”, ratificando a temática do binarismo a partir dos modelos heteronormativo; “Lésbicas são monogâmicas ou lésbicas não são promíscuas” que reatualiza a construção social da subjetividade feminina associada a passividade e a fidelidade, e como isso reflete na sexualidade; “Lésbicas são lésbicas porque tiveram uma relação frustrada com homens e aguardam um homem que lhes satisfaçam”, o se respalda e dialoga diretamente com o falocentrismo, machismo, heterossexualidade compulsória e a heterossexualidade como único caminho possível para a realização plena da sexualidade feminina (TOLEDO, 2007).

Respondendo à heteronormatividade, alguns estereótipos que circulam é a *lesbian chic* e a “masculinizada”, ou ainda da *butch* e a *femme* (EUA, década de 1970). Como afirma Gimeno Reinoso (2005, p. 286-287) sobre as lésbicas do século XXI, tem-se imagens

(...) de mulheres com uma evidente carga erótica (para os homens) e sempre disponíveis (para eles também). É a *lesbian chic*. A imagem *femme* da pós-modernidade que nos mostra uma garota muito sexy segundo os parâmetros tradicionais, muito feminina, obviamente, mas, ao mesmo tempo, agressivamente lésbica. [...] é a lésbica que encarna uma das mais persistentes fantasias (hetero)sexuais masculinas.

Assim, a mulher lésbica que não se adéqua aos moldes socialmente aceitos (masculina/ masculinizada⁹) “não é sexy, essa não tem graça, a essa há que castigar. Essa é feia, desagradável, não se depila, e se é lésbica é porque os homens nem a olham” (GIMENO REINOSO, 2005, p. 292).

⁷ Safistas, sáficas, lésbicas, lesbianas são termos originários da poetisa Safo que viveu na Ilha de Lesbos, na Grécia Antiga, por volta de 600 a. C

⁸ “Tríbades (em latim fricatrix, aquelas que se roçam), nome que os gregos davam às mulheres homossexuais e que os atenienses acreditavam ser mais comum em Esparta” (TORRÃO FILHO, 2000, p. 28).

⁹ As “masculinas” também são denominadas “caminhoneiras”, termo geralmente usado em sentido pejorativo para identificar as mulheres com atitudes, estética e conduta que reproduzem àquelas pensadas como naturalmente próprias do gênero oposto (VIÑULAES, 2002 apud TOLEDO e TEXEIRA FILHO, 2010).

Nesse sentido há uma permissão para existência lesbiana, porém, com a condição de que não rompa seus vínculos com heteronormatividade, desde que os homens heterossexuais/ bissexuais possam desfrutar dela, desde que sua imagem se conforme aos padrões heterossexuais. Assim, uma mulher lésbica que foge à norma é invisibilizadas, ou é alvo de inconformidade e, muitas vezes, vítima de violência.

3.1 Sexualidade e Discriminação

A sexualidade é moldada pela cultura e por ela transformada, marcada pelas imposições sociais, corpos e comportamentos são vigiados, principalmente quando se fala de sexualidade feminina, a sociedade impõe que os corpos não sejam livres. A história das mulheres é de luta e resistências, resistir para viver, resistir para existir, uma luta cotidiana pelo direito à vida digna, de igualdade de direitos na sociedade.

No espaço rural e também no urbano se predomina também o conservadorismo, costumes e práticas que estão ligadas à família patriarcal, com isso a sexualidade feminina é reprimida, moldada para ser vivida de uma única forma, calcada nas regras da família patriarcal. Para compreender a sexualidade é preciso entender os eixos que a constituem, o sistema de poder que regula suas práticas e formas, como os indivíduos devem viver e se reconhecer nessa sexualidade.

Falar da "sexualidade" como uma experiência historicamente singular suporia, também, que se pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (FOUCAULT, 1984, p. 09).

A sexualidade feminina é marcada por discursos pejorativos: a mulher é a passiva, a controlada, a neutra, sendo desestimulada em falar da sua própria sexualidade. Caso se permita e consiga praticar seus desejos sexuais, é tida como motivo de vergonha e desonra, ao contrário do homem, considerado o viril, ativo, dominador na relação¹⁰, estimulado desde criança a falar de sexo.

Esses papéis atribuídos aos homens e às mulheres são centrados na heteronormatividade, portanto, orientações que não sejam heterossexuais são vigiadas e

¹⁰ Em relação aos homens gays, há outras cobranças e desafios, porque ser gay seriaperder esta caracterização de virilidade. É como se fosse menos homem.

perseguidas, em muito sentido também punidas. As práticas e códigos heteronormativos incluem o casamento somente entre homem e mulher, a família composta pelo pai, mãe e filhos/as; práticas diferentes disso são consideradas errôneas e desviantes.

Os estereótipos sobre o comportamento sexual feminino e masculino parecem se perpetuar e são heteronormatizadores, onde o homem é ser ativo, seu apetite sexual é estimulado e premiado por toda a família, principalmente pelo pai, e onde a mulher é elemento passivo, sua sexualidade é negatizada e mensurada, fortemente associada à honradez e ao contrário do homem, é desestimulada e quando não é controlada, é tida como motivo de vergonha e desonra (CAMBRUZZI; RUBIM, 2012, p.4).

A sexualidade feminina em sua representatividade está associada a uma imagem de negação e vergonha, desde a infância a menina é ensinada a cobrir suas partes íntimas, invisibilizando e desestimulando cada vez mais o conhecimento de si e sua própria sexualidade; já o menino é representado como honra e agraciado pela família, suas partes íntimas é livre e viril, toda essa representação é reforçada pelo pai, porque é mais um herdeiro para dar continuidade à masculinidade. Sobre isso, Foucault (1988, p. 93) nos alerta:

Não procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade (os homens, ¹¹os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...); nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância. Mas, ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo.

Contudo não é preciso saber quem tem o poder na ordem da sexualidade, mas buscar compreender as modificações e as correlações de força que implicam as descontinuidades de exercício do poder, como os corpos assumem posições distintas e se imbricam com o saber/poder.

3.2 Preconceito e suas formas de enfrentamentos

A sexualidade feminina no meio rural é vivenciada em diferentes realidades, muitas conseguem romper com esse sistema opressor, outras não. Essa educação tradicional de que o homem nasceu para a mulher e vice e versa, e de separar meninos e meninas, responde a realidade da dinâmica em que a sociedade é constituída. Existem

variações/diversidades de formas de como vivenciar a sexualidade, sabendo que somos influenciados, mas também construímos nossas trajetórias e vivemos nossas experiências. A cultura molda também os corpos e é responsável para orientar como deve ser os desejos, as escolhas dos parceiros e parceiras.

Lidar com as práticas da sexualidade é, muitas vezes, se omitir para não sofrer constrangimento e, ao falar, ser excluída do ciclo social que vive, sendo vítima de variados tipos de preconceitos.

Segundo Heller (1989, p. 43):

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenham uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam.

Em umas das questões perguntamos as nossas colaboradoras se elas se sentiam invisibilizadas por sua sexualidade na comunidade ou espaços que frequentam. As mulheres falam da vivência da sexualidade Ártemis (2019), agricultora de 24 anos, que vive uma união estável, destacou:

Entre a zona rural e zona urbana eu acho que na zona rural eu já sou mais aceita, porque na zona urbana o pessoal, tem muita gente que é crente [evangélica] e que não aceita né, eu ser que eu sou. O pessoal do sítio é mais, quem é da zona rural é mais aceitativo (sic), só é diferente mais para zona urbana.

Já Deméter (2019), estudante universitária de 25 e solteira, que vive na vila acadêmica da UFERSA, afirmou:

No momento assim, eu me sinto já invisibilizada porque eu sei que serei a partir do momento que realmente eu disser que sou, que eu quero e pronto, não tem que empate. Mas, eu já me sinto invisibilizada só em eles achar que eu sou em alguns momentos. Sim, principalmente as pessoas, que muitas olham com olhar torto, já quer tá meio assim, afastada: “Vixe! Andar com essa pessoa, não sei o que”. Não sinto muito na pele porque eu tive, como já falei, de fato não disse, mas tenho certeza que quando eu disser, muitos vão, tipo, me olhar torto, como é de costume e de praxe, né, e principalmente na zona rural.

Silenciar sobre a sexualidade muitas vezes é a forma de resistir que essas mulheres buscam para conviver no meio rural e em outros espaços que elas residem, considerando

que declarar a sexualidade é lidar com a possibilidade de que serão excluídas das amizades/ relações familiares e serem vistas com indiferença na comunidade. Todavia, é preciso considerar que o silêncio também é a imposição de um discurso hegemônico.

O preconceito e o medo são dificuldades que impedem de declarar essa sexualidade; romper com a heteronormatividade é uma tarefa custosa, considerando que esta é base mental e organiza a base material da sociedade, já que sustenta comportamentos abusivos, violentos, opressores dentro e fora do espaço doméstico.

Porém, como anteriormente dialogamos com Foucault (1988), é preciso buscar não as permanências, mas as modificações das correlações de força, e é possível perceber que Ártemis e Deméter tem percepções diferentes sobre o preconceito nos espaços urbano e rural. Além disso, a religião é uma estrutura de poder determinante de referência moral sobre as sexualidades dissidentes da heterossexualidade isso resulta o preconceito e a discriminação que essas mulheres lésbicas sofrem ao declarar sua lesbianidade.

No mercado de trabalho existe violações à liberdade de gênero e de orientação sexual de trabalhadores e trabalhadoras. Muitas vezes não tem nenhuma representatividade nesse ambiente que defenda a diversidade como expressão humana. Sobre isso, nossa colaboradora Atena (2019), que tem 29 anos é estagiária, cursa ensino superior, divorciada, mora sozinha, relatou:

Eu creio que sim, gera que é muito difícil e ao mesmo tempo se eu consigo um trabalho ou um estágio ou alguma coisa, mas eu tenho que me vestir como manda o padrão, afeminada. Então, as calças que eu gosto, as coisas que gosto, eu tenho que me abster deles para poder continuar no trabalho. E isso é barra pesada, não poder se vestir na maneira que você gosta, que a sociedade dita um padrão até. E eu acho que essa é a maior dificuldade na questão do trabalho, a forma de se vestir, ter que tá sempre maquiada e eu não [gosto]. Nem é nem questão só por ser lésbica que a pessoa não gosta de maquiagem, porque tem pessoas também que não são lésbicas e não gosta, que as pessoas já julgam por ser, né?

O não reconhecimento e a objetificação são violências que esse sistema usa para calar/ invisibilizar as mulheres, aqui mais especificamente damos destaque às mulheres lésbicas. Ao buscar oportunidade no mercado de trabalho, ao buscar emprego, elas têm que se enquadrar nos padrões impostos pelas empresas/ instituições, assumindo estilos de cabelos e roupas, formas de andar, de falar, de se portar, que presumem uma única forma de ser na sociedade. Como afirma Campos (2010, p. 20):

(...) observo que, no senso comum – lugar onde se difundem mais livremente os mitos e valores sociais – sobretudo nas sociedades ocidentais, a “busca pela beleza” (traduzida em atribuição de elevada preocupação com a aparência), é claramente “coisa de mulher”. O resultado objetivo dessa atribuição historicamente fomentada é que, contemporaneamente, vários indicadores nos mostram que os cuidados com a aparência são *de fato* uma preocupação eminentemente de mulheres.

Com isso a ideia de beleza está diretamente ligada a figura feminina e dado como um valor central sobre o corpo feminino, a pressão estética no cotidiano dessas mulheres é que causam diversas formas de preconceitos. A mídia é um dos suportes que fundamenta o corpo feminino ideal, as mulheres que não se encaixam nesse padrão de beleza são questionadas e vigiadas.

Ampliando as narrativas sobre as experiências no mercado de trabalho e a lesbianidade, Atena (2019) narrou:

Foi o espaço do trabalho que foi nesses, a partir dos momentos que comecei a mim (sic) identificar como lésbica, eu sofri perseguição; até num desses trabalhos, na época, eu fui demitida, e sem nenhum “motivo”, que eu digo. Mas, eu sei qual o motivo d’eu ter sido demitida na época: simplesmente porque eu falei da minha orientação sexual e os donos depois de uns quinze, vinte dias disse “que estava fazendo um corte de pessoas e fui pra lista desse corte”. Mas que eu “tinha sido uma boa funcionária”, muita coisa, e “iria ter sorte”, porque eu era uma pessoa dedicada, isso e aquilo. Mas, eu sentia que foi por uma decisão de eu ter dito a minha orientação sexual, então a gente sofre perseguição tanto na, nos espaços (...).

Enquanto sua preferência sexual estava confinada, apenas no campo do privado, todas as virtudes de Atenas elencadas no ato da demissão, tinham reconhecimento. O direito de amar/ desejar outra mulher e viver sua sexualidade não foram considerados condizentes com todas as qualidades enquanto funcionária. Como afirmam Menezes, Oliveira e Nascimento (2018, p. 2):

O preconceito e discriminação contra a população LGBT não se institui no modo de produção capitalista, porém, é preciso compreender que esse modo de produção se apropria de parâmetros específicos de opressões direcionadas às reconhecidas “minorias sociais” para justificar a sobreposição de determinada classe sobre outra, contexto esse não diferente da forma como o sistema capitalista busca “desvalorizar” e não legitimar a orientação sexual e/ou identidade de gênero que diferem dos padrões heteronormativos a partir da homofobia, transfobia, sexismo, racismo e etc.

Assim, o mercado de trabalho delimita quem são as pessoas que se enquadram nos padrões para o trabalho, quais comportamentos, aparências e a orientação sexual são considerados aceitáveis e desejados. Nesse sentido, as mulheres lésbicas tem dificuldade quando estão em busca de emprego, ou quando se declaram dentro do próprio trabalho, já que não respondem aos modelos heteronormativo do que se exige de uma mulher (seja para aquelas que se identificam com aparência mais próxima do masculino, seja porque apenas tornou sabido sua preferência sexual).

4. LESBIANIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL COMO EXPRESSÕES DA DIVERSIDADE HUMANA

Somos lésbicas sim, não precisamos nos assumir,
Queremos respeito e dignidade, para ser feliz de verdade,
Basta de violência, queremos paz e descência,
Queremos vacinas já, direito à vida e o nosso grito é fora genocida.
(Isla Maiara, 2021)



Imagem 3. Fonte: Google imagens, 2021.

A lesbianidade é resistência, é a arte de viver e mostrar que o amor é possível entre duas mulheres, que elas podem ser amigas, amantes, um casal (ou não). Viver a lesbianidade é enfrentar desafios, é sentir na pele os silêncios do desprezo, mas também é sentir na pele a força do amor, sem ter medo de dizer “Eu sou lésbica”.

Segundo Falquet (2004, p.9):

O lesbianismo (sic) como movimento social aparece em finais dos 60, no mundo ocidental e em muitas metrópoles do Sul. Nasce em uma atmosfera de prosperidade econômica e de profundas mudanças sociais e políticas que incluem tanto o desenvolvimento da sociedade de consumo e a "modernidade" triunfante, como a descolonização e um auge das mais variadas perspectivas revolucionárias.

A forma que se explica a origem do mundo a partir do Criacionismo diz muito de uma sociedade conservadora, que tem em Adão e Eva um exemplo não apenas para a humanidade, ou como referência de homem e mulher, mas também como referência de casal. Com isso, as pessoas que vivem em relações que fogem desse padrão são

perseguidas e marginalizadas, nesse contexto a relação entre mulheres é um alvo de discriminação.

A lesbianidade é marcada pela política do esquecimento, por ser considerada uma ameaça na sociedade porque causa uma desordem, já que a sociedade prega a heteronormatividade. Então, só era considerada uma relação legítima relacionamentos heterossexuais. Há uma naturalização na sexualidade humana, de que os sexos biológicos designam a identidade de cada ser. Nesse contexto, as mulheres são designadas para a reprodução, então se as mulheres se relacionam com outras mulheres não cumpririam seu papel na sociedade que é de ter filhos.

Falar do lesbianismo (sic) não é apenas descrever práticas ou elaborar definições; é sobretudo tentar observar como uma certa prática sexual se insere nas relações sociais, como é avaliada, julgada, denegrida (sic), louvada ou silenciada no desenrolar da História. É também colocar questões relativas à identidade do humano, à delimitações das pessoas dentro de categorias sexuadas-mulher e homem- que as condicionam e as enquadram em modos de ser, maneiras de sentir, de perceber o mundo e a si próprias (SWAIN, 2004, p.11).

É importante salientar que a lesbianidade vai muito além de entender práticas e fazer definições; é sobretudo observar como essas mulheres estão inseridas nos lugares que vivem, sejam no espaço familiar e na sociedade, como elas são vistas, que preconceitos sofrem quando se identificam como lésbica, que desafios são enfrentados por não se enquadrar no modelo heterossexual. As delimitações que sofrem em seus modos de ser, sentir e se reconhecer no mundo, por estarmos inseridas no modelo binário homem e mulher.

Tais coerções, proibições, delimitações acontecem porque tais práticas não se enquadravam/ enquadram no padrão que a sociedade determinava/ determina. Como afirma SWAIN (2004, p.17-18):

A heterossexualidade compulsória, fenômeno relativamente recente na história humana, passa a ser a regra universal, o que determina a integração social nos papéis do “verdadeiro” masculino e feminino. Os limites de tolerância de práticas sexuais diversas dependem do grau de hegemonia da heterossexualidade enquanto norma absoluta ou escolha possível; desse modo, nas sociedades onde a reprodução é apenas um dos eixos e não o pivô central das relações humanas o leque de práticas sexuais aceitas tende a ser mais amplo.

A heteronormatividade na sociedade desqualifica e pune identidades que se diz diferentes, e definem o masculino e feminino como uma regra universal para ser aceita

nas relações sociais, a heteronormatividade afeta toda comunidade LGBTQI+, a heterossexualidade como uma única forma absoluta de viver determina e norteia as relações humanas, com isso leva à perseguição de outras práticas sexuais que não seja heterossexual, por isso a heterossexualidade é uma ferramenta política e social que domina as vivências da sexualidade. Todavia,

Em diferentes culturas e épocas, há existido mulheres que se relacionam sexualmente, amorosamente e/ou afetivamente com outras mulheres. Os exemplos são dos mais variados. Se encontra uma larga lista de poetisas, que em primeira pessoa deram testemunho de sua vivência lésbica, desde Safo, da antiga ilha de Lesbos, até a afro-norte-americana Audre Lorde, falecida em 1993, que foi por sua vez teórica, militante e notável escritora (FALQUET, 2004, p.3).

Ao longo da história, mesmo com toda coerção, as mulheres construíram resistências e formas de se relacionarem entre si. Há mulheres que deram os primeiros testemunhos de sua vivência lésbica, que dedicaram suas vidas em produzir escritos, pinturas, músicas, artes, voltados à visibilidade lésbica. Esses escritos se tornaram referências importantes que encorajaram outras escritoras a falar sobre o tema da lesbianidade e com isso mostrar que há outras maneiras de relacionar-se e de se perceber no mundo além do que dita a heteronormatividade.

4.1 Os desafios para a vivência da lesbianidade no meio rural

A lesbianidade é ainda vista como um comportamento impuro e incorreto pelas pessoas; muitas vezes é considerada como uma doença mental e comportamento diabólico. O meio rural (comunidades rurais) não está isento dessas representações e definições para a vivência do amor/desejo entre mulheres.

É desafiante desconstruir toda essa base heteronormativa considerando que ainda é muito forte a designação da família nuclear centrada no pai como a base de tudo. Quando esse tipo de relação é descoberto no âmbito familiar, muitas vezes se remete ao descumprimento de uma educação que não foi seguida corretamente, por isso que são chamadas de ‘mulheres rebeldes’ e ‘sem valor’.

Romper com esses paradigmas que são impostos pela sociedade não é uma tarefa fácil, lutamos por algo que deveria ser nosso por direito: a liberdade de viver. Seja no campo ou na cidade, a orientação sexual dissidente da heterossexualidade, sofre repressões:

É bem complicado viu, porque se existe um tabu aqui na cidade, no campo é bem maior, que a gente que é do campo sofre muito mais, porque muitas vezes a gente é obrigada ficar com alguém pra poder as pessoas acharem que a gente gosta de meninos, e que é quase um estupro, né? Você ficar com alguém a força, porque as próprias pessoas pensarem, e no campo isso é bem mais, o tabu é bem maior e é também onde acontece os maiores índices de estupros por correção, e assim na minha comunidade é um exemplo que eu já vi muitos assim, meninas que a gente ver que são lésbicas acabam sendo obrigadas a ficar, casar com homem pra poder ser aceita pela comunidade. E eu não, e tive privilégios, eu saí, tive oportunidade de estudar fora, então foi na cidade que eu vim ter, me descobrir, foi na cidade que eu vim me abrir pra outras pessoas, conversar sobre, ter apoio, coisa que no campo a gente não tem, a gente não discute, a gente não fala, não pode nem falar, né? Eu hoje sou o que sou, tipo assim, de companheira, de tudo. Assim: ser [de] me abrir pra pessoas por conta que eu saí do campo, isso é muito triste porque você tem que sair da sua comunidade, do espaço de onde sua família mora pra que você, digamos, ter uma vida “feliz” (AFRODITE, 2019).

Ao passo que manter-se no campo pode levar a processos de violência desmedida obrigando mulheres lésbicas a casarem/ namorarem com homens, nessas circunstâncias sair do campo também pode ser mais uma experiência violenta pela qual essas mulheres passam, caso não queiram distanciar-se de suas famílias e relações de amizade.

Mas, é preciso considerar que sair do campo também pode ser libertador, já que traz a possibilidade de uma vida menos vigiada em meio a grande população, com distanciamento de pessoas conhecidas e mais anonimato, com diversificados tempos/ espaços diferenciados para as sociabilidades (ERIBON, 2008; PRADO E MACHADO, 2012).

Na cidade algumas dessas mulheres procuram possibilidades de viver e construir suas vidas, indo em busca dos seus direitos, mas isso não as protege de passar por desafios:

Em todos os espaços e sempre, né, a gente nunca é uma coisa, que a gente... eu tenho muita vontade pelo menos de fazer assim atividades, mas nunca tem espaço, nunca tem possibilidades, e não só na comunidade, mas na própria universidade a gente é invisibilizada a todo momento, por ser mulher, negra e lésbica, né? Então a gente está invisibilizada direto e sempre (AFRODITE, 2019).

Em determinados espaços viver a lesbianidade é lidar com a invisibilidade, seja nas comunidades rurais que essas mulheres residem ou na universidade, os motivos são os mais diversos. Como mostra nossa colaboradora, não é fácil ser mulher, negra e lésbica, e viver em espaços marcados por diversas formas de opressão, violências misóginas e lesbofóbicas que excluem a presença dessas mulheres e as desestimula a

frequentar os espaços públicos, levando-as a ficar no espaço privado. O que nos permite pensar na interligação de opressões de classe, de raça, de gênero. Essas opressões estão entrecruzadas, já que o patriarcado é “um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI apud BARBOSA et al, 2014, p. 3012).

Mesmo em espaços que não se espera o preconceito e a lesbofobia, ainda assim, nossas colaboradoras narram essas experiências, como o faz Atena (2019):

Também muitas vezes é nossa voz, é, somos silenciadas até mesmo no movimento LGBT, né, porque o movimento LGBT historicamente foi dominado por homens gays, né? É tanto que era GLS e hoje, né, dá uma ressignificada na sigla, [o] L, que vem lésbica empoderando as mulheres. Então por esse motivo que eu acho ainda há e a gente tá quebrando um pouco essa invisibilidade porque as mulheres lésbicas, elas estão tendo mais voz, tão buscando e quebrando esses espaços, buscando esses espaços, por um espaço de resistência e sabendo que elas também pode ser protagonista da história, lutando no movimento LGBT, então só emancipação, né, tanto na política como econômica, é, espaço familiar. Então hoje as mulheres lésbicas estão mais se empoderando nesses espaços e isso é importante, mas que não deixa de ser invisibilizada em muitos deles.

O movimento LGBTQI+ é importante porque fortalece a luta de cada uma das letras representadas na sigla, considerando que as pessoas organizadas e mobilizadas contra os preconceitos, a favor de uma vida digna e do respeito à diversidade, poderão se fortalecer ainda mais. Porém, no movimento há contradições e disputas. Como afirma Lemos (2015, p. 5): “No movimento homossexual, em que os homens eram maioria, também foi negado o reconhecimento das lésbicas, como seres que fizeram história e estavam juntas para os questionamentos necessários à contribuição para um Brasil que respeitasse as diversas orientações sexuais”.

Assim, muitas vezes, as mulheres lésbicas, ao entrar/ participar do movimento LGBTQI+, têm suas vozes silenciadas, limitadas, o que evidencia a força da misoginia e do machismo, e tem levado à construção de espaços, grupos, coletivos, organizações em que as mulheres lésbicas se auto organizam para construir e lutar por suas demandas específicas.¹²

As mulheres lésbicas nem sempre foram reconhecidas dentro do movimento feminista, diante dos encontros elas iam demarcando sua existência e sua visibilização, e

¹² Facchini, Carmo e Lira (2020) fazem aproximações comparativas sobre a produção de enquadramentos e as formas de organização dos movimentos LGBTI, feminista e negro, considerando suas trajetórias nas últimas quatro décadas.

apresentando e reivindicando suas demandas enquanto movimento lésbico, através de oficinas, reuniões. Essas ações mobilizam e potencializam o reconhecimento das lésbicas:

Na prática, o campo feminista é marcado pela existência de mulheres lésbicas, bissexuais e com vivências afetivas sexuais entre mulheres. Os encontros nacionais feministas, que tiveram seu auge na década de 80 e 90, foram momentos importantes de visibilização da presença lésbica no feminismo para feministas e para mulheres populares urbanas e rurais dos movimentos de mulheres. Mesmo que a lesbianidade não estivesse pautada no temário central, as lésbicas realizavam oficinas, reuniões, promovam visibilidade nas festas, demarcando sua existência e presença nos encontros, sem pedir licença para entrar (SOARES; COSTA, 2012, p.9).

Entre encontros e desencontros o movimento lésbico persistiu e resistiu, mostrando toda sua visibilidade, amor e resistência. A existência lésbica desafia e desmitifica a heteronormatividade e sua naturalização, em seus testemunhos aspiram uma gama de diversidade de viver sexualmente, independente do seu contexto histórico-social são elas as protagonistas das suas próprias histórias na busca pela liberdade, demarcando os espaços, que são todo os lugares. Assim, estamos e devemos permanecer ecoando a nossa voz, o nosso amor, na busca pela nossa liberdade de viver e amar outras mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis o melhor e o pior de mim
 No meu termômetro, o meu quilate
 Vem, cara, me retrate
 Não é impossível
 Eu não sou difícil de ler

Faça sua parte
 Eu sou daqui eu não sou de Marte
 Vem, cara, me repara
 Não vê, tá na cara
 Eu sou porta-bandeira de mim
 Só não se perca ao entrar
 No meu infinito particular

Em alguns instantes
 Sou pequenina e também gigante
 Vem, cara, se declara
 O mundo é portátil
 Pra quem não tem nada a esconder
 Olha minha cara
 É só mistério, não tem segredo

(Composição: Arnaldo Antunes/Carlinhos Brown/Marisa Monte, 2006)

A música “Infinito Particular” interpretada por Marisa Monte representa diante do tema abordado, a particularidade de cada mulher no seu infinito particular. “Eu sou daqui, eu não sou de Marte”: somos mulheres lésbicas, não nos trate com estranheza; somos daqui e merecemos respeito. “Eu não sou difícil de ler”, não somos difíceis de ler, elimine o preconceito e seremos visíveis. “Eu sou porta-bandeira de mim”, não fale quem somos, deixe que nós mostremos quem somos. “Só não se perca ao entrar no meu infinito particular”, só não se perca ao entrar no nosso infinito particular, que é um mergulho em águas profundas. “O mundo é portátil para quem não tem nada a esconder”, o nosso amor torna visível todas as formas de amar. “É só mistério não tem segredo”, temos mistérios e segredos; sim, o segredo entre mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais...

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como vivem algumas mulheres lésbicas do campo. A inquietação em estudar sobre o tema surgiu a partir de experiências vividas em ações que participei em movimentos feministas e grupos de mulheres, em busca de igualdade de direitos na sociedade.

Quanto ao primeiro objetivo do trabalho (analisar o processo de aceitação e/ou negação da vivência da sexualidade das mulheres lésbicas, por parte dos familiares), podemos identificar que no processo de aceitação e negação das nossas colaboradas, o primeiro enfrentamento é a família, e mais, quando há o apoio da família é possível enfrentar a sociedade com mais força. A negação da vivência da sexualidade é um processo marcante e dolorido, ao ponto de ser expulsas de casa, o sofrimento porque os laços familiares foram cortados, além da rejeição. Vale destacar que cada mulher vivenciou essa experiência de forma diferente.

Sobre o segundo objetivo (conhecer os espaços que elas frequentam na comunidade), muitas relatam que não frequentam nenhum espaço na sua comunidade rural pois não se identificam nem se sentem acolhidas. As associações são espaços mais comuns para todos nas suas comunidades rurais, mas, não frequentam porque mesmo que elas não falassem da sua orientação sexual, já seriam tachadas e excluídas. Por serem universitárias, participam de movimentos que se identificam na universidade, como movimento LGBTQI+.

Acerca do terceiro objetivo (identificar que tipos de preconceitos elas sofrem), os preconceitos sofridos por essas mulheres são diversos, desde o preconceito familiar, no âmbito do trabalho, e também na universidade. Daí foi possível identificar a discriminação pela orientação sexual dessas mulheres, constrangimentos, demissões em vários espaços, mesmo em espaços que se espera que haja um maior acolhimento, como na universidade.

Constatamos que quando essas mulheres lésbicas participam dos movimentos, sejam eles feministas, LGBTQI+, o movimento age como um dispositivo emancipador; elas mudam sua forma de pensar e agir no mundo, a luta ganha significado e com isso a liberdade, porque se reconhecem dentro do movimento e compreendem que não precisam viver todos esses tipos de opressão. Embora também na nossa pesquisa, o movimento LGBTQI+ também tenha sido identificado como um espaço de opressões e preconceitos.

Com a pesquisa e os relatos das nossas colaboradoras, concluímos que o preconceito acontece na zona rural e zona urbana, já que elas narraram experiências de preconceito nos dois espaços. Mas, através de suas experiências, que ora se cruzam ora se distanciam, mesmo em pleno século XXI continua sendo desafiador romper as amarras

do machismo, da misoginia, estes que sustentam a heteronormatividade, que naturalizam as invisibilidades, opressões e violências contra as mulheres, aqui mais especificamente as lésbicas.

Essa foi a primeira de uma longa jornada de pesquisa nessa temática. Esperamos que nosso trabalho venha contribuir com os estudos sobre patriarcado, família e mulheres lésbicas do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2017. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ALMEIDA, Janaiky Pereira. A família homoafetiva no contexto da sociedade patriarcal e capitalista. In: **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Recife: 2010. (Dissertação de mestrado em Serviço Social pela UFPE).
- ALVES, Rodrigues Roosenberg. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. **Anais...** II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História- UFG Goiânia, 2009.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira *et al.* Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. **Anais...** 18º REDOR, Recife, 2014.
- BRASIL. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.
- _____. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.
- CAMBRUZZI, Claudia; RUBIM, Linda. A sexualidade da mulher rural: rupturas e continuidades. **Anais...** VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de gêneros da ABEH. Salvador, 2012.
- CAMPOS, Veridiana Pereira Parahyba. **Beleza, feminilidade e reflexividade: um estudo sobre a mediação agência estruturada por mulheres intelectuais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmar. (2015). Relacionados mas diferentes: Sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: Rodrigues, Aexsandro, Dallapicula, Catarina, e Ferreira, Sergio Rodrigues Silva (Orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.
- DELPHY, Christine. **O inimigo do Patriarcado: a economia política do patriarcado**. Brasília, 2015.
- ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud, 2008.
- FACCHINI, Regina; CARMO Íris Nery do; LIMA Stephanie Pereira. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: Sujeitos, Teias e Enquadramentos. **Educação e Sociedade**, vol. 41, 2020. Pp.1-22.
- FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. México, Re-editado por Herética edições lésbicas e feministas independentes. 2004. p. 1-18.
- _____. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.
- FERNANDES, Mariel Marostica; CASTRO, Sueli Pereira. **Juventude, sexualidade e saúde no universo rural: um olhar antropológico**. Editora: Tempus, actas de saúde coletiva, Brasília, jun., 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIMENO REINOSO, B. **Historia y análisis político dellesbianismo: la liberación de una generación**. (Colección Libertad y Cambio) Editorial Gedisa: Barcelona, España, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”. In: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História: sobre preconceitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LARDINOIS, André. Safo lésbica e Safo de Lesbos, In: BREMMER (org.), Jan. **De Safo a Sade: Momentos na história da sexualidade**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

LEMOES, Ana Carla Da Silva. Trajetória do movimento de lésbicas brasileiro: diálogos de saberes, entraves e construção política. **Anais XI CONAGES...** Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível

em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10876>>. Acesso em: 15 nov. 2021

LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. In. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago.2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, LINDNER, Michele (org). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios**. NEAG 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

MENEZES, Moisés Santos De et al.. **Lgbt e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações**. E-book Conquer... Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 419-430. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/40228>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Veronica Feitosa. **Patriarcado Rural: Permanência e Alterações da Ordem Patriarcal no Meio Rural**. São Cristóvão, **Anais...** IV Encontro Nacional e X Fórum Estado, Capital, Trabalho, 2017.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, M. A., Machado, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2 Ed. São Paulo: Ed Cortez, 2012.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, 5, 2010. Pp. 17-44.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e movimentos de mulheres. **SOS Corpo-** Instituto Feminista para a Democracia. Recife, SOS CORPO, 2010.

SOARES, Santos Gilberta; COSTA Carneiro Jussara. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. In. **Labrys, études féministes/ estudos feministas**, jun. 2012.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. Anais... s.l.: s.n. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/TodosA%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Tríades galantes, fanhonos militates**: homossexuais que fizeram história. São Paulo: Summus, 2000.

APÊNDICE (A)

Roteiro de entrevista “Os desafios da lesbianidade do meio rural”.

I – Perfil

- 1 - Idade:
- 2 - Escolaridade:
- 3 - Raça:
- 4 - Estado Civil:
- 5 – Religião:
- 6 - Com quem reside:
- 7 - Possui filhos? Se sim, quantos?
- 8 – Profissão/ocupação:
- 9 - Renda familiar:
- 10 - Qual sua identidade de gênero:
- 11 - Você conhece ou participa de alguma organização política na comunidade? (Mov. Social, sindicato, Associações etc?) Qual?
- 12 – Se participa, tal espaço contribui ou dificulta sua vivência como mulher lésbica na comunidade?
- 13 – Frequenta algum espaço religioso? Se sim ou não, como este espaço contribui ou dificulta a vivência de sua sexualidade?

II – Vivência da lesbianidade no meio rural

- 14 – Desde que idade você se identificou como lésbica?
- 15 – Sua família sabe de sua identidade de lésbica?
- 16- Há uma aceitação ou negação, por parte da sua família sobre sua sexualidade?
- 17 – Como você lidou com a aceitação ou negação de sua lesbianidade por parte de sua família?
- 18 - Você acha que há diferença entre vivenciar a sexualidade no meio urbano e no meio rural? Se sim, quais?
- 19 - Você sofre ou sofreu algum tipo de preconceito por parte da comunidade? Se sim, de que forma?
- 20 - Por ser lésbica e vivenciar sua sexualidade, você já se sentiu invisibilizada em algum espaço da comunidade? Qual?
- 21 – A sua identificação como mulher lésbica gera dificuldades para acesso ao trabalho? Se sim, como?

APÊNDICE (B)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH

Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – LEDOC

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa: Os principais desafios para a vivência da lesbianidade no meio rural, coordenada pela professora Janaiky Pereira de Almeida e de responsabilidade do/a discente: Isla Maiara Ribeiro Oliveira. Tal pesquisa faz parte das atividades realizadas na disciplina de TCC II no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e tem como objetivo geral: Analisar os principais desafios para a vivência da lesbianidade em comunidades rurais de Upanema/RN, e como objetivos específicos: Analisar o processo de aceitação e/ou negação da vivência da sexualidade das mulheres lésbicas por parte dos familiares; Conhecer os espaços que elas frequentam na comunidade; Identificar que tipos de preconceito elas sofrem.

Essa pesquisa segue as recomendações de todos os preceitos éticos no campo da pesquisa, de acordo com a resolução 510.2016 do CNS sobre o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que, caso seja esta sua opção, seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo de informações que não permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, por meio de entrevista, ficarão sob a guarda dos/as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa. Você ficará com uma cópia deste Termo e se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode nos contatar através dos e-mails (janaiky.almeida@ufersa.edu.br; islamaiara12@gmail.com).

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi o explicitado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: “Os principais desafios para a vivência da lesbianidade no meio rural”.

Nome da/o participante da pesquisa

Mossoró, ____/____/____

EQUIPE DE PESQUISA